

Título do Projeto	Mapeamento dos Homicídios com armas de fogo legais	Situação	Aprovando TAP
Tipo do Projeto	Criminal	Categoria	Projetos
Patrocinador(a)	Luciano Anechini Lara Leite	Departamento	Promotorias
Gestor(a) do Projeto	Daniel Fernando Tiburcio	Ano Fiscal	2021
Início	01/02/2021	Término Estimado	08/03/2022

Descrição
O projeto “Mapeamento Homicídios e Armas Legais” tem por objetivo levantar dados sobre os crimes de homicídios cometidos, os instrumentos utilizados para a sua prática, bem como apurar a participação de armas de fogo legamente registradas nesses crimes traçando paralelo entre aumento de armas legais e quantidade de crimes praticados com esse armamento, visando estimular políticas públicas e controle.

Justificativas
O projeto se justifica pela falta de informação efetiva sobre a quantidade de armas de fogo legais utilizadas na prática de homicídios. Muito se propaga que a indústria e comércio de armas no país estaria intimamente ligada a potencial aumento da criminalidade em especial na prática de homicídios e exposição da população a risco. Conhecer a realidade dos números e a efetiva correlação aumento dos crimes de homicídio aumento dos números de vendas de armas legais é saber como influir por meio de políticas públicas e fiscalização para controlar os crimes dolosos contra a vida ou mesmo potencializar policiamento a respeito do tema. Abertura de mercado, política tributária e projetos econômicos podem ser melhor balisados se a realidade hoje muito pouco conhecida efetivamente vier a ser dominada quantitativamente.

Objetivos
O projeto “Mapeamento Homicídios e Armas Legais” tem por objetivo levantar dados sobre os crimes de homicídios cometidos, os instrumentos utilizados para a sua prática, bem como apurar a participação de armas de fogo legamente registradas nesses crimes traçando paralelo entre aumento de armas legais e quantidade de crimes praticados com esse armamento, visando estimular políticas públicas e controle.

Área de Abrangência
Inicialmente levantaremos os dados relativos a registros de ocorrência e denúncias de homicídios oferecidas nos últimos cinco anos no Estado, levantando dados sobre efetividade das investigações, percentual de solução dos crimes e denúncias oferecidas no período estabelecida metodologia de leitura, filtragem e compilação da informação, expandiremos a área de abrangência para os demais estados da Federação, criando banco de dados nacional sobre o tema e com informação completa sobre as ocorrências e denúncias oferecidas em todo o país, calculando índice de elucidação do delito de homicídio, número de casos praticados com armas de fogo e quantas dessas se tratavam de armas legalmente possuídas/portadas pelos denunciados. Desses dados e sem olvidar os não solucionados buscaremos quantificar desses crimes quantos foram praticados com armas de fogo e dessas quantas eram registradas em nome dos autores, vale dizer, armas legalmente possuídas/portadas.

Órgãos Envolvidos							
Parceiros Diretos: Membros do Ministério Público (promotores e promotoras que atuem com atribuição na apuração e processamento de crimes dolosos contra a vida. Parceiros Indiretos: SEJUSP, Polícias Civil e Militar, ONGs com envolvimento na matéria (Sou da Paz, Instituto Igarapé)							
Público Alvo							
Autores de crimes de homicídio tentando ou consumado.							
Alinhamento Estratégico							
Objetivo Estratégico MPMS: Fomentar a atuação resolutiva e eficiente das promotorias de justiça criminais.							
Objetivo Estratégico PEN-MP: Atuar na prevenção e repressão da criminalidade organizada, tráfico de drogas e crimes de fronteira							
Programa PEN: Combate à Criminalidade							
Partes Interessadas							
ID	Nome da Parte	Organização	Papel	Interesse	Influência	e-mail	Telefone
1	Daniel Fernando Tiburcio		Gerente do Projeto	Médio	Média	danieltiburcio@mpms.mp.br	
2	Luciano Anechini Lara Leite		Patrocinador	Médio	Média	lucianolara@mpms.mp.br	
Descrição do Trabalho							
Descrição: O projeto terá por foco compilar os dados e criar banco de dados sobre os crimes de homicídios, identificando o instrumento utilizado e a legalidade dele, bem como cruzando informações entre as instituições para fomentar a obtenção da informação.							
Desenvolvimento: 1. Criação de ferramenta de obtenção da informação (SIGO/INFOSEG/SAJ/PJe); 2. Trabalho de sensibilização inicial dos parceiros diretos e indiretos.; 3. Contato com os responsáveis pelos bancos de dados para parceira;							

4. Produção de BI autoalimentável sobre a pesquisa;
5. Desenvolvimento de conclusões com base na primeira fase do projeto (nível estadual);
6. Confecção do material publicitário;
7. Organização das palestras;
8. Reunião com parceiros indiretos para direcionamento dos trabalhos;
9. Definição da organização e monitoramento das palestras;
10. Definição dos locais onde serão apresentados os dados;
11. Definição do cronograma necessário para a segunda fase do projeto;
12. Estabelecimento das diretrizes e dificuldades alcançadas para estruturação da segunda etapa;
13. Execução das atividades relacionados ao projeto;
14. Elaboração de relatórios;
15. Conclusão e proposições de alteração de legislação/políticas públicas/medição de indicadores/soluções.

Recursos Necessários

O projeto inicialmente será realizado sem necessidade de custeio além da dedicação dos envolvidos.

Não há estimativas de despesas previstas.

Premissas e Restrições

PONTOS FORTES: Possibilidade de desenvolvimento com ferramentas já existentes e com base em documentos do Ministério Público (cópia das denúncias oferecidas) e comparação com dados constantes do SIGO e facilmente obtíveis. Estrutura favorável do Ministério Público, na medida em que possibilita sua análise, compilação e desenvolvimento..

PONTOS FRACOS: Inexistência de programa paralelo, potencial restrição de colegas a do fornecimento dos dados e cópias de peças.

OPORTUNIDADES: Conhecimento das situações de cada Estado da Federação e quantificação da situação no país.

AMEAÇAS: A falta de conhecimento efetivo das Secretarias de Justiça dos dados relativos a seus crimes, baixo índice de solução das investigações poder ser quantificada e exposta, resistência a utilização de

indicadores pelos Governos.